



Mogadíscio:

Novas Formas de Combate

Coronel Carl Marowsky Pilowsky, Exército do Chile

NOS DIAS 3 E 4 DE OUTUBRO de 1993, Mogadíscio foi palco de um dos engajamentos mais conhecidos da história recente das operações de paz das Nações Unidas. Forças americanas sofreram uma emboscada sendo abatidos dois dos seus helicópteros. O saldo foi de 18 soldados mortos e 75 feridos. Este foi o princípio do fim da presença dos Estados Unidos e da ONU na Somália. A situação, após 4 anos de intervenção multinacional permaneceria inalterável.

A história da ONU na Somália é um exemplo de como podem sair mal as coisas. O tamanho e a complexidade da cadeia de comando desta operação, a falta de previsão e de inteligência prévia ao desdobramento, assim como a transição de um mandato tradicional de uma missão de manutenção da paz, com 50 observadores, para uma missão de imposição da paz com 38.000 integrantes de 33 países, marcou o fim da exclusividade das operações tradicionais de primeira geração sob o capítulo VI da Carta.

Esse fato determinou o nascimento de novas operações de paz de terceira geração, multidimensionais e que muitas vezes, sob o capítulo VII, contemplariam, além da ação militar dissuasiva, a ação de policiais e civis de múltiplas ONG e Organizações Internacionais. E, quando o consentimento das partes não exista ou é incerto, combina ações punitivas com uma força militar normalmente de caráter regional, sob o capítulo VII da Carta, como atualmente sucede com a OTAN em Kosovo e na Bósnia-Herzegovina, a força multinacional no Afeganistão, a ECOWAS na Costa do Marfim, Serra Leoa e Congo, além do recente desdobramento de uma força-tarefa francesa na Costa do Marfim e de outra, sul-africana, no Congo.

Assim, produto das lições aprendidas do passado, diante da possibilidade de que os meios da ONU fiquem

novamente presos em conflitos locais de alta periculosidade ou em desastres humanitários com influências étnicas ou religiosas, as forças de paz da ONU e os Organismos Regionais de Segurança desenvolveram novas formas de emprego para responder a estes desafios, com operações mais complexas e multidimensionais, à procura da solução dos atuais conflitos.

Antecedentes Históricos

O começo da história moderna da Somália coincide com a abertura do Canal de Suez em 1869, ao estimular a expansão europeia na região, o que deu um novo valor estratégico ao Corno da África.

Em decorrência do crescente interesse europeu, no final do século XIX a Somália já se encontrava repartida e dividida em três grandes setores:

- Somália Britânica: norte do território
- Somália Italiana: sul do território
- Somália Francesa: hoje Djibuti.

O Corno da África foi palco de interesses e conflitos de várias potências mundiais, cuja própria existência está marcada, fundamentalmente, pelos seguintes feitos relevantes:

- Luta das potências pela hegemonia na região, período que abrange desde a segunda metade do século XIX até depois da I Guerra Mundial.

- Reorganização das esferas de influência, até a II Guerra Mundial.

- Em 1947, a Itália renunciou aos direitos em seus territórios. Em 1950, a ex-colônia britânica passou a constituir um fideicomisso da ONU, ficando sob sua administração por 10 anos, até sua independência em 1960.

- Surgimento de uma tendência nacionalista, após o processo de descolonização, revitalizando os interesses

dos povos originais, cuja opção de concretizar-se foi obscurecida pelos seguintes aspectos:

- Fronteiras mal definidas e grupos sociais fragmentados.
- Estados multiétnicos, com rivalidades raciais, religiosas e ideológicas.
- Influência de três religiões monoteístas: cristã copta, islâmica e judaica.
- Conflito de poder entre as potências dominantes, EUA na Eritrea, URSS na Etiópia e Somália, depois da II Guerra Mundial, o qual termina com o fim da luta ideológica em 1989 e a queda do Muro de Berlim.
- Desvalorização geopolítica e processos de fragmentação étnicos, religiosos e culturais a partir de 1990, além da devastação de uma seca permanente na área, com conseqüências catastróficas.

A história da ONU na Somália é um exemplo de como podem sair mal as coisas. O tamanho e a complexidade da cadeia de comando desta operação, a falta de previsão e de inteligência prévia ao desdobramento, assim como a transição de um mandato tradicional de uma missão de manutenção da paz, com 50 observadores, para uma missão de imposição da paz com 38.000 integrantes de 33 países, marcou o fim da exclusividade das operações tradicionais de primeira geração sob o capítulo VI da Carta.

- Falta de um idioma comum e diversidade de organizações dirigentes que antepõem interesses étnicos locais e de clãs aos interesses da sociedade somali em seu conjunto.
- Perda do monopólio da força por parte do Estado, como conseqüência da proliferação não controlada de armamento em poder de particulares, incrementado após o término da Guerra Fria.

Origem do Conflito

A causa principal dos conflitos no Corno da África é conseqüência do traçado limítrofe efetuado pelas potências européias, que não consideraram as diferenças culturais e raciais das tribos africanas. Povos diferentes foram agrupados e clãs de uma mesma identidade étnica foram fragmentados, o que constituiu um dos legados mais lamentáveis do regime colonial. Suas conseqüências foram evidentes desde o processo de independência até hoje, servindo como motivo de numerosos conflitos. Quando do colapso do sistema colonial, os antigos poderes foram derrubados criando um vazio que provocou uma

luta cruel e violenta pelo controle político em grande parte dos novos Estados africanos. As facções em luta foram apoiadas pelas superpotências mundiais emergentes até 1989, em seu afã por alcançar o controle de uma área que permitisse o domínio das principais rotas marítimas entre a Ásia, o Oriente Médio e a Europa através do Canal de Suez.

As Grandes Potências

A presença dos EUA constituiu uma projeção de seus interesses sobre o Oceano Índico e o Golfo Pérsico. Por isso, em princípios de 1980 negociaram acordos com a Somália, Eritrea, Sudão e outros países adjacentes, a fim de obter locais para bases militares em seus territórios, que lhes permitissem dar segurança ao abastecimento de petróleo e apoiar as guerras que se desencadearam na zona do Oriente Médio entre 1967 e 1991.

A União Soviética, por seu lado, contava com uma presença naval na Somália desde os fins da década de 60, e a sua base naval no porto de Berbera (norte da Somália) era considerada uma ameaça para a segurança ocidental na região.

As superpotências abasteceram a região com importantes quantidades de armamento, contribuindo para a instabilidade. O fim da Guerra Fria terminou com a competição pelo poder na área, e os países dessa zona foram persuadidos a resolver entre si seus problemas internos e externos. Somente em princípios de 1992 a ONU se interessou nova e especificamente pelo problema somali, devido ao interesse do Secretário Geral, Boutros Boutros-Ghali, em solucionar a catástrofe humanitária que ocorria no noroeste da África.

Desenvolvimento – O Conflito na Somália

Em 1969 dois fatos importantes sacodem o país:

- A independência da ex-Somália francesa, passando a ser o atual Djibuti.
- O Presidente Ali Shermake é assassinado e substituído pelo General Siad Barre.

Em 1970, Siad Barre assume decididamente a linha da URSS e estreita seus laços com o mundo islâmico. No entanto, seu poder declina após a invasão da região de Ogaden — que se encontrava sob o controle etíope — mas a URSS decide persuadí-lo a parar as operações. Como Barre não aceita, uma força cubana, com apoio da União Soviética liberta Ogaden em março de 1978. Finalmente Barre é deposto em janeiro de 1991, surgindo uma crise de autoridade que leva a ferozes engajamentos tribais e de facções em forma de clãs étnicos nacionais.

As forças somalis envolvidas. Na disputa pelo poder por parte dos líderes dos clãs mais importantes, se identificam os seguintes grupos:



Departamento de Defesa

Em 28 de dezembro de 1992, soldados da 2ª Brigada da 10ª Divisão de Montanha, de Forte Drum, Nova York, capturam um campo de pouso em Belet Uen, Somália.

- O Hawiye, o mais poderoso e importante, que exige o poder mediante sua força política, o Congresso Unido Somali (CUS).
- O Darod, ao qual pertencia Barre, o segundo mais importante do país.
- O Isak, que captura as principais cidades do norte e exige a independência, através do Movimento Nacional Somali (MNS).

Em novembro de 1991 estala uma luta intensa entre a facção que apoiava o Presidente Interino, Ali Mahdi Mohamed e a facção que apoiava o General Mohamed Farah Aidee, presidente do CUS, dando início a uma guerra civil que coloca a nação no mais absoluto caos, com um resultado imediato de 300.000 mortos; 2.000.000 deslocados e 4.500.000 pessoas (50% da população) famintas, desnutridas e doentes.

O CUS vence esta luta. No entanto se divide em duas facções irreconciliáveis:

- Aliança de Salvação Somali (SSA) dirigida por Ali Mahdi Mohamed, Presidente Interino desde 1991.
- Congresso Unido Somali (US/ANS) dirigido pelo General Mohamed Farah.

O conflito acaba com todo vestígio de institucionalidade, desata uma catástrofe humanitária e motiva a intervenção da comunidade internacional prestando ajuda através de agências da ONU, intergovernamentais

e ONGs; mas como esta ação não chegava a seus destinatários determina-se a intervenção das Nações Unidas.

A Intervenção da ONU: ONUSOM I, UNITAF e ONUSOM II

Em 23 de janeiro de 1992, o Conselho de Segurança adota a resolução N° 733, sob o capítulo VII da Carta e impõe um embargo total e completo à venda de armas para a Somália.

Em 24 de abril de 1992, o Conselho de Segurança adota a resolução N° 751 estabelecendo a Operação Nações Unidas na Somália (ONUSOM I), sob o mandato do capítulo VI. A missão desdobra 50 observadores militares desarmados, destinados a monitorar a linha de cessar fogo entre ambas as facções Hawiye e a melhorar as condições para conversações visando uma solução política.

Em 24 de agosto de 1992, em função da resolução N° 775, foi autorizado um incremento operacional, criando quatro zonas com uma dotação militar de 750 efetivos em cada uma, num total de 3.000 homens. Mais tarde foi autorizado um forte incremento com três unidades logísticas, chegando a força a um total de 4.219 efetivos.

Em 3 de dezembro de 1992, o Conselho de Segurança aceitou a oferta dos EUA para assumir a liderança da organização e o comando de uma operação que garantisse a prestação de socorro humanitário. Com a resolução

Nº 794, sob o capítulo VII da Carta — que trata das medidas coercitivas — foi autorizada a utilização de todos os meios necessários a fim de se estabelecer um ambiente seguro.

Surge então a Força-Tarefa Unificada (*UNITAF*), composta por unidades militares de 24 países, sob o comando dos EUA, que chegaram a Mogadíscio para a Operação *Restore Hope*. A *UNITAF* chegou a ter 38.000 homens, dos quais 25.400 eram americanos e 12.555 provenientes dos outros 23 países da coalizão. Todos os centros importantes de socorro no país já estavam protegidos em 28 de dezembro, e a assistência humanitária voltava a funcionar. Em 26 de março de 1993 realiza-se a transição da *UNITAF* para a *ONUSOM II*, ampliando o mandato da *ONUSOM* diante da possibilidade de empregar a força em virtude do capítulo VII da Carta. Ficam assim sob o controle operacional

Este combate, [no Centro de Mogadíscio] com um saldo de quase 1000 mortos e feridos (combatentes e civis), demonstrou um dos métodos que países do Terceiro Mundo podem utilizar contra potências de primeira ordem. Levam a força de mais alto nível para um ambiente urbano complexo, onde a superioridade e a alta tecnologia são reduzidas ao seu nível de Terceiro Mundo, onde são impostas restrições no emprego da força para evitar danos colaterais na população civil e seu efeito nas democracias, devido ao permanente acompanhamento que a imprensa internacional faz das guerras.

da ONU, através do Chefe das Forças, General Cevic Bir, da Turquia, forças multinacionais da ONU e uma unidade logística americana dotada de meios aéreos de transporte. A força de reação rápida, autorizada a permanecer na área pelo Presidente Bill Clinton, composta por meios da 10ª Divisão de Montanha, estava sob o controle operacional do Comando Central, através do 2º Chefe da Missão da ONU, o *Major General* Montgomery, dos Estados Unidos. Entretanto, os incidentes e a violência continuam, e a segurança do pessoal da ONU, como de outras agências relacionadas, é pequena em algumas áreas de Mogadíscio e em outros lugares não controlados do país.

A *ONUSOM II* chegou a um total de 29.284 homens, mas foi afetada pelo desenvolvimento de novas operações de paz nos Bálcãs, reduzindo-se a menos de 20.000 homens em fevereiro de 1994, isto é, quase a metade de suas forças operacionais, e foi extinta em 28 de março de 1995.

O Combate em Mogadíscio

No dia 5 de junho de 1993, um ataque contra a *ONUSOM II* em Mogadíscio causou a morte de 25 soldados paquistaneses, com 10 desaparecidos e 54 feridos. As milícias de Farah foram consideradas responsáveis. Houve também outros ataques, em julho e agosto, com minas com controle remoto contra soldados americanos desdobrados para a proteção de comboios, resultando em baixas muito menores.

Por esta razão, em agosto de 1993, os Estados Unidos desdobraram uma FT Conjunta, com meios do Comando Conjunto do Forte Bragg, sob o controle direto do Comando de Operações Especiais e sob o comando do General William Garrison, formada por 130 comandos da Força Delta, uma Companhia de Rangers, 16 helicópteros e outros meios leves de transporte terrestre, cuja missão era seqüestrar o General Aideed e seus principais assessores.

Nos dias 3 e 4 de outubro de 1993, no centro de Mogadíscio, essas novas forças especiais dos EUA, recentemente desdobradas, foram emboscadas quando tentavam executar a operação de seqüestro dos principais assessores do General. Dois dos seus helicópteros foram abatidos; morreram 18 soldados americanos e 75 ficaram feridos. As imagens dos corpos desses soldados sendo arrastados pelas ruas de Mogadíscio foram mostradas nas cadeias de televisão, causando um grande impacto. Os Estados Unidos reforçaram temporariamente sua presença com forças aéreas, marítimas e terrestres, mas, posteriormente, com a repercussão política destas ações e seu efeito na população americana, anunciaram sua intenção de retirarem-se da Somália, o mais tardar em 31 de março de 1994, o que também foi anunciado pela Bélgica, França e Suécia.

Este combate, com um saldo de quase 1000 mortos e feridos (combatentes e civis), demonstrou um dos métodos que países do Terceiro Mundo podem utilizar contra potências de primeira ordem. Levam a força de mais alto nível para um ambiente urbano complexo, onde a superioridade e a alta tecnologia são reduzidas ao seu nível de Terceiro Mundo, onde são impostas restrições no emprego da força para evitar danos colaterais na população civil e seu efeito nas democracias, devido ao permanente acompanhamento que a imprensa internacional faz das guerras.

Apesar de as perdas e a proporção de baixas serem favoráveis aos EUA, o que demonstrou claramente a superioridade e excelente equipamento da sua infantaria, o fato foi considerado uma derrota política pelo Congresso americano. Collin Powell, na época, descreveu sucintamente a reação política com esta declaração: "Os americanos ficaram horrorizados ao ver um de seus soldados, morto e esquartejado, sendo arrastado pelas ruas de Mogadíscio. Fomos atraídos a esse lugar pelas

imagens da televisão, e agora elas nos provocam uma indignação moral."

O fato desta ação ter sido considerada uma derrota demonstrou, mais uma vez, depois do Vietnã, que a natureza da sociedade e a conjuntura política de Washington são sensíveis às baixas. É interessante notar que aquilo que Saddam Hussein queria fazer e não fez, foi conseguido por Mohammed Farrah Aideed provocar tantas baixas, difundidas pela mídia, que forçasse a retirada dos norte-americanos.

Em julho de 1994, o Secretário Geral da ONU recomendou reduzir as forças para 15.000 efetivos, comunicando, em outubro, aos dirigentes locais que ainda não haviam sido cumpridos os compromissos contraídos em Addis Abeba e Nairobi, enfatizando que a paz não poderia vir de ninguém a não ser dos próprios somalis.

Mesmo assim, recomendou prorrogar o mandato da ONUSOM II até 31 de março de 1995, para que os dirigentes somalis tivessem tempo de consolidar o progresso com o objetivo de uma reconciliação, declarando que a assistência das Nações Unidas à Somália continuaria só nas esferas política e humanitária, mantendo-se até o dia de hoje, com o desdobramento de um Gabinete Político da ONU para Somália (*UNPOS*).

Forma de Emprego dos Meios

A primeira operação de paz, ONUSOM I, sob o capítulo VI, não pôde fazer nada para romper o ciclo de violência e vandalismo imperante na Somália. As Nações Unidas, frustradas pela combinação de intransigência local, instabilidade institucional e incapacidade para formar e desdobrar o que deveria ser uma força ativa de intervenção na Somália, pede ajuda aos EUA para que se encarregue da missão.

A respeito da UNITAF: A *UNITAF* foi uma força multinacional, cujo principal elemento eram meios conjuntos americanos, considerados "unidades leves", sendo este um termo relativo, já que eram as melhores equipadas, armadas, treinadas e com experiência de guerra recente na área da missão, especialmente por contar com apoio naval e aéreo e um excelente apoio logístico desde suas bases nos EUA, Europa e Diego Garcia.

Também contou com algumas unidades de operações especiais, operações psicológicas e equipes de assuntos civis, que foram essenciais para reter a confiança dos somalis, assim como para acentuar a limitada natureza humanitária da missão.

A *UNITAF* dividiu os contingentes de outros países em dois grupos: os que eram capazes de operar independentemente — como a França, Bélgica, Austrália e Canadá — e os que eram demasiado pequenos para operar de forma autônoma, que foram agrupados numa unidade combinada sob o controle dos EUA.

A missão contemplava uma operação de quatro fases:

- Primeira: Estabelecer o controle sobre a ajuda humanitária em Mogadíscio.
- Segunda: Expandir as operações para portos, campos de pouso e povoados no interior, assegurando as linhas de comunicações para o centro do país.
- Terceira: Expandir estas operações para o resto da Somália.
- Quarta: Realizar a transição do controle operacional dos EUA para a ONU.

Operação ONUSOM II: O Secretário Geral recomendou que a UNOSOM II incluísse forças que respondessem à necessidade de realizar operações de combate aproximado, patrulhas e operações sob qualquer condição de tempo, de dia ou à noite, e que contassem com o apoio aéreo para o combate. Entretanto, a maioria dos países que contribuiu com contingentes, organizou-os mais para missões de manutenção da paz e humanitárias do que para uma missão coercitiva sob o capítulo VII, com capacidade de imposição da paz.

Para minimizar estas desvantagens a ONU solicitou ao Presidente Bush o apoio da Força de Reação Rápida dos EUA para reforçar a ONUSOM II, composta por um batalhão de infantaria de montanha e um grupo de aviação, mais um elemento de apoio logístico, unidade que já se encontrava na Somália para prover apoio à ONUSOM II, caso fosse necessário. A missão da ONUSOM II tinha os seguintes objetivos:

- Monitorar o cessar das hostilidades.
- Prevenir qualquer ressurgimento de violência e, se necessário, agir contra os violadores da ordem de cessar fogo.
- Manter o controle das armas pesadas para sua posterior destruição ou para ser transferida para um novo exército nacional.
- Resgatar as armas pequenas de elementos armados não autorizados e auxiliar no registro e segurança das armas.
- Manter a segurança de todos os portos, campos de pouso e linhas de comunicações para a entrega de auxílio.
- Proteger o pessoal da ONU e ONG e agir contra ameaças, se as mesmas continuarem.
- Continuar os programas de desminagem.
- Prestar assistência à repatriação de refugiados.
- Realizar outras funções designadas pelo Conselho de Segurança.
- Buscar atingir esses objetivos em toda a Somália.

Cadeia de Comando e Controle. O ambiente hostil agravou a confusão sobre os papéis de comando numa missão dessa natureza. A Força de Reação Rápida nunca esteve sob o controle operacional da ONU, já que fazia parte da cadeia de comando militar dos EUA e operava sob o controle do Comando Central na Flórida. Além disso, não estava autorizada a tomar parte nas operações

regulares, embora quando foi realizada a transição para a ONUSOM II, o acordo para apoiá-la em circunstâncias especiais tenha sido mantido.

Quando a força de *Rangers* foi desdobrada, em agosto de 1993, para capturar Mohamed Farah Aideed, era conduzida desde o Comando Especial Conjunto, localizado na Carolina do Norte e sob o controle operacional do Comando Central na Flórida. Nenhum oficial da ONUSOM II na Somália estava na cadeia de comando desta força, a qual apenas obedecia às ordens recebidas diretamente dos EUA.

Quando a Força-Tarefa de *Rangers* entrou em ação no dia 3 de outubro de 1993, as autoridades da ONUSOM II, inclusive o Representante Especial do Secretário Geral, foram os últimos a saber da operação. Inclusive o *Major General* Montgomery, encarregado das Forças dos EUA

Diante da perda da cadeia de comando da ONU, os contingentes nacionais procuraram entrar em contato com suas próprias cadeias de comando, em busca de apoio direto para as suas tarefas e atribuições, o que afetou a perspectiva do comando e controle unificado, debilitando a integridade da estrutura militar.

na Somália e 2º Chefe da ONUSOM II, somente tomou conhecimento 4 horas antes do início dessa operação.

A principal causa do fracasso da ONUSOM II para manter a segurança em Mogadíscio, depois da partida da *UNITAF*, foi a carência de resposta consistente à autoridade que tinha o Comandante das Forças, existindo de fato, durante a missão, três cadeias de comando: ONU, Comando Central e Comando de Operações Especiais dos EUA.

Manobra: Na Somália não houve uma manobra militar que pretendesse, em sua aceção clássica, utilizar os meios militares em prol de uma decisão favorável aos fins políticos buscados pela ONU.

Houve, em geral, uma reação frente o adversário, por restrições auto-impostas, assim como falta de coerência entre o mandato do Conselho de Segurança (a tarefa contida, a composição da missão de paz, a organização do comando e das forças) e o propósito da presença das forças de paz no conflito e, de modo especial, a vontade política de vencer esta missão com os meios disponíveis e a necessária coordenação com ações diplomáticas.

Lições Aprendidas

Os acontecimentos que sucintamente foram relatados somente constituem o contexto mínimo necessário para abordar o que é relevante: identificar algumas experiências e seu efeito em ações posteriores, seja quanto

doutrina, lições aprendidas, formas de emprego da força ou avanços tecnológicos. Serão abordados desde as perspectivas em que se identificam as maiores contribuições para este trabalho, a saber:

Comando e Controle. A ONUSOM II foi a primeira missão comandada pelas Nações Unidas, com mandato sob o capítulo VII para a imposição da paz, autorizando o uso da força. No entanto, quando enfrentou a pressão de um ambiente caótico e perigoso, a situação de segurança ameaçou à missão mais diretamente e suas debilidades foram agravadas e expostas.

Pretendendo utilizar meios militares limitados e pouco homogêneos para cumprir um ambicioso mandato político, o planejamento foi feito para o caso das melhores condições, sem prever alternativas ou variantes à solução original.

A ONUSOM II em vez de ser estruturada com base nas considerações militares, foi composta de remanescentes díspares de forças da ONUSOM I e da *UNITAF*, sem uma autoridade reconhecida, o que inevitavelmente conduziu a diferentes interpretações sobre o mandato, que variaram desde um redobramento para posições defensivas até negociações secretas com algumas facções somalis, abandonando a necessária imparcialidade e neutralidade do papel da ONU.

Diante da perda da cadeia de comando da ONU, os contingentes nacionais procuraram entrar em contato com suas próprias cadeias de comando, em busca de apoio direto para as suas tarefas e atribuições, o que afetou a perspectiva do comando e controle unificado, debilitando a integridade da estrutura militar.

Cadeia de Comando. O uso de níveis intermediários de comando e a divisão das operações militares em setores de ajuda humanitária auxiliaram a aliviar os problemas de controle do teatro de operações, que poderiam ter resultado da intenção de comandar diretamente as forças de 33 países desde um só quartel general.

No entanto, a *UNITAF* nunca enfrentou um desafio militar que pudesse comprovar tal sistema multinacional, e quando a ONUSOM II se defrontou com uma pressão pelo fogo, sua frágil cadeia de comando se desestruturou.

Coerência Estratégica. Os desacordos políticos entre os Estados Unidos e as Nações Unidas para alcançar uma definição sobre os objetivos e o critério para definir o êxito dos objetivos da *UNITAF* deram origem à incoerência estratégica que afetou a ONUSOM II. Além disso, a resolução que estabeleceu a ONUSOM II não definiu bem a estratégia nem os objetivos específicos centrados na "reconstrução nacional", considerando a crescente resistência das facções somalis, a falta de consentimento diante das ações da ONU e a paz inexistente na região.

Planejamento e Liderança da Missão. Os comandos devem contar com um alto grau de coordenação



Departamento de Defesa

Viatura blindada patrulha os arredores da cidade de Mogadíscio.

entre os principais atores de uma Operação de Paz (autoridade política, força militar e atores humanitários de Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais). Encarregado dessa estrutura, a autoridade do Representante Especial do Secretário Geral (SRSG) é essencial. Deve ser capaz de melhorar a relação das partes com as agências humanitárias. Deve ser um negociador experiente com aptidões políticas e liderança eficaz para dirigir uma complexa organização como um todo. Entre a ONUSOM I e II houve um total de cinco Representantes Especiais do Secretário Geral num período de três anos.

Objetivos Militares. As diferentes interpretações do mandato impediram que se alcançasse o objetivo estratégico de prover um "ambiente seguro" para a ajuda humanitária e, ao não haver uma melhor definição do conceito em extensão e profundidade, tampouco foi possível completar o objetivo político do diálogo, cooperação e, finalmente, a reconciliação das partes beligerantes.

Mesmo assim, os efetivos da *UNITAF* e da *ONUSOM II* receberam ordem para combater contra uma das partes. Primeiro, se alinharam com as forças de Siad Hersi e, em seguida, com Ali Mahadi, contra o poderoso Mohamed Farah Aideed. Está última ação dos EUA colocou a *ONUSOM II* em direto conflito com a principal facção somali e a captura do General Aideed transformou o programa de desarmamento em operações de combate ofensivo. Em geral, não se identifica a materialização

e o estabelecimento de objetivos estratégicos derivados do mandato político do Conselho de Segurança, mas sim um sem-número de ações táticas em reação à atitude das partes em conflito.

Inteligência. Uma idéia errônea em relação à autoridade — geralmente situacional ou até em disputa — ou à legitimidade de várias categorias de líderes na Somália foram a razão de um sem-número de atrasos para se alcançar a reconciliação das facções. Os mandatos requerem a compreensão da natureza do problema e o suprimento dos correspondentes recursos para implementar um mandato em particular, cuja solução não significa somente atribuir pequenas forças dotadas com o que há de mais moderno em tecnologia, mas sim dispor de meios humanos e materiais necessários para a missão. De que serve contar com os melhores elementos de interceptação eletrônica se o adversário somente usa mensageiros, tambores e *walkie talkies* rudimentares?

Interoperabilidade e Carência de Doutrina Comum. Os problemas de interoperabilidade foram observados na disparidade de equipamento, treinamento e doutrina de emprego das forças, assim como nas decisões a respeito de que forças enviar e por quanto tempo, que foram adotadas por cada país separadamente e não pelos planejadores da ONU.

Os procedimentos de controle próprios das Nações Unidas em operações de paz não foram aplicáveis às missões de imposição da paz. Faltava experiência com a

qual impulsionar os esforços para guiar os contingentes da ONUSOM II para atingir as metas comuns.

Com relação a outras diferenças culturais e sociais entre os contingentes desdobrados, tais como: éticas de trabalho e religiosas, costumes, idiomas, lideranças competitivas, tolerância à disciplina, tradições nacionais e padrões assimétricos, serviram apenas para aprofundar a falta de uma doutrina comum.

Desmobilização e Desarme. A variedade das interpretações sobre o desarmamento e a desmobilização obtidas para esta missão deriva-se dos mandatos da *UNITAF* e da ONUSOM II. Enquanto a primeira viu

O ambiente hostil agravou a confusão sobre os papéis de comando numa missão dessa natureza. A Força de Reação Rápida nunca esteve sob o controle operacional da ONU, já que fazia parte da cadeia de comando militar dos EUA e operava sob o controle do Comando Central na Flórida.

o desarmamento como um estreito contexto temporário para prover segurança para a entrega imediata de ajuda humanitária, a ONUSOM II o viu num contexto político mais amplo e permanente de restaurar o falido Estado da Somália, com uma responsabilidade mais adequada diante da resistência do desarmamento dos clãs.

Neutralidade. Uma lição aprendida da ONUSOM é que a intervenção das Nações Unidas pode alterar o delicado equilíbrio de poder entre os beligerantes, permitindo que suas forças sejam consideradas parciais ou até mesmo hostis. Manter a neutralidade em tais circunstâncias coloca as forças de manutenção da paz num dilema, especialmente quando enfrenta situações nas quais os civis se convertem em vítimas, ou quando as próprias forças são o alvo de ataques.

Finalmente, qual foi a Contribuição destas Experiências?

Para a ONU: A experiência da Somália permitiu incorporar importantes avanços na concepção, organização, planejamento, treinamento e execução das operações de paz da ONU, entre os quais pode-se destacar:

- A necessidade de que os mandatos do Conselho de Segurança sejam claros e factíveis, de acordo com os meios militares designados pelos países.

- Dar fim a coexistência de operações dos capítulos VI e VII (ONUSOM I e *UNITAF*).

- A transição de operações do capítulo VI e VII deve ser gradual, especialmente pelo armamento, equipamento

e contexto com que a força é organizada e desdobrada pelos países para a primeira operação.

- As forças de manutenção da paz não devem entrar numa área de conflito, se não há vontade política das partes para a reconciliação, dando o seu consentimento para a ação imparcial da ONU.

- As operações só devem ser iniciadas quando exista apoio político internacional ou regional, que contribua com os meios econômicos e militares, capazes de prover o sustentamento necessário à missão e ao cumprimento do mandato.

- O planejamento estratégico deve ser integrado e baseado num plano dirigido pelo Representante Especial do Secretário Geral, com um QG multinacional e multidimensional, organizado antes da chegada das forças e com capacidade de comando e controle.

- O comando e controle unificado sob o Representante Especial do Secretário Geral, com canais de comunicações e ordens claras, que evitem as ordens nacionais diretas aos contingentes.

- As comunicações do Secretário Geral e do Conselho de Segurança com o Representante Especial do Secretário Geral no terreno devem ser claras e diretas, sem negociações paralelas.

- A comunidade diplomática na área de operações é parte essencial dos esforços da missão, para o cumprimento do mandato de acordo com as partes.

- Criação de um centro de controle na ONU, que integre, além dos aspectos operacionais, a solução em tempo real das necessidades administrativas e logísticas das tropas no terreno.

- O deslocamento de meios treinados previamente em técnicas e táticas de operações de paz e bem equipados é essencial num ambiente multinacional.

- Devem existir planejamentos detalhados para o desarmamento e desmobilização, com o necessário acordo prévio das partes.

- O aumento da coordenação e integração das agências civis humanitárias, com o componente militar e policial e com as organizações internacionais envolvidas numa operação de paz é essencial para o êxito da missão.

- Existe a necessidade de uma estratégia de informação pública à população civil, aos dirigentes locais e à comunidade internacional. Durante o primeiro ano não existiu um oficial encarregado do Serviço de Informações da operação.

- Elaboração de memorandos de entendimento e normas de fogo, antes do desdobramento e de acordo com os países que estão colaborando com tropas.

Para os EUA. Por serem as mais afetadas nesta operação, as forças americanas capitalizaram a experiência obtida na Somália desde diversas perspectivas, especialmente após sua ação no Haiti e nos Bálcãs, estimando-se que as de maior relevância, além das



Departamento de Defesa

Soldado italiano patrulha uma rua de Mogadíscio ao longo da "Linha Verde" que divide a cidade.

destacadas pela ONU, para seus futuros contingentes são as seguintes:

- Implementação de numerosos projetos de melhoria de Operações Militares em Terrenos Urbanos (MOUT). Como por exemplo, o projeto "Metropolis", orientado para a busca de novas táticas de combate em localidade, viaturas leves com maior poder de fogo e proteção, construção de cidades e localidades nos centros de combate e treinamento, desenvolvimento de combate com maior valor tecnológico e, fundamentalmente, gerar uma situação de adestramento, entendendo-se que é a atividade mais transcendente para abrir o caminho para o êxito no combate em terrenos urbanos.

- Necessidade de tornar interoperáveis as comunicações táticas da Marinha, Aviação Naval e Exército já que seus projetos de desenvolvimento e suprimento de material e modernização não eram compatíveis.

- Necessidade de homogeneizar os sistemas de banco de dados das forças conjuntas já que os oito diferentes elementos presentes na Somália apresentavam sistemas de computação, especialmente logísticos não integrados e incompatíveis.

- As comunicações destes oito diferentes elementos na Somália e seus vínculos com os EUA para assuntos de pessoal, inteligência, finanças, etc., eram feitos através de um elo com um satélite civil contratado individualmente.

- Desenvolvimento e implementação de melhores regras de engajamento, que não restrinjam as capacidades de combate das unidades em condições incertas, uma vez que são elementos críticos para o êxito de uma operação de imposição da paz.

- Desenvolvimento de regulamentação e manuais para o estabelecimento de uma doutrina conjunta que assuma a difícil tarefa de formar forças conjuntas e multinacionais em operações de paz e estabeleça o necessário treinamento antes do desdobramento.

- A seleção de pessoal e qualificação prévia é tão importante para as operações de paz como para as operações convencionais. Devem receber treinamento em cooperação civil-militar, negociação, mediação, conhecimento do conflito, terreno, cultura e costumes locais, comunicações e planejamento conjunto e multinacional (estratégico, operacional e tático), prevenções sanitárias e tarefas operacionais, além de muitos outros temas que devem ser recomendados previamente pelos planejadores estratégicos e pelo QG, em suas avaliações e linhas de ação conjuntas.

- Necessidade de comandantes com conhecimento e experiência da cultura e idioma local.

- Formação de um sistema universal e conjunto de lições aprendidas, que integre a experiência das operações, do treinamento com a instrução, e a sua distribuição às tropas uma vez aceito como doutrina.

- Em operações de paz, sobretudo nas multinacionais desenvolvidas na África, é essencial que o pessoal de apoio médico venha preparado para enfrentar algumas das doenças mais mortais do mundo.

- O transporte aéreo, marítimo conjunto e os navios preposicionados do Exército devem atender às prioridades estabelecidas pela força conjunta.

- No emprego de forças especiais no combate urbano, sob um ambiente operacional conhecido como de operações de não guerra, é necessário o desenvolvimento de importantes estudos sobre o comportamento da sua avançada tecnologia, tais como: novos meios

Estas operações, sob os capítulos VI e VII, não produziram a esperada solução para o problema do conflito somali entre 1992 e 1995, apesar da limitada aproximação positiva adotada durante a intervenção da UNITAF, que apresentou a melhor alternativa possível para mudar a situação no começo de 1993. As operações realizadas só tiveram êxito em mitigar passageiramente o estado de devastação e fome em que se encontravam a Somália e os 2 milhões de deslocados.

para a obtenção de informação para reprodução de imagens estáticas ou dinâmicas, análise e percepções da realidade sobre o adversário, o comando e controle e comunicações das forças especiais, a proteção da força e o emprego de meios de combate, armas versáteis com grande aumento de letalidade. São necessárias armas adequadas para controle de multidões, operações psicológicas e seu verdadeiro efeito na população, proteção da força com viaturas de transporte blindados, capacidade de detecção de fogo indireto sobre as tropas, atitude e capacidade de trespassar barricadas e multidões, proteção balística com coletes e capacetes adequados para áreas de temperatura alta, uso de bombas fumígenas em combate urbano para dificultar a visão, medidas antiaéreas em caso de vulnerabilidade diante do uso de lança foguetes portáteis, uso de robótica e de viaturas não tripuladas, aumento e

emprego de meios de visão térmica e noturna, detecção de franco-atiradores diurnos e noturnos, obtenção de equipamentos compactos para prover energia, prevenção sanitária em áreas complexas, etc.

Conclusão

As operações com emprego da Força para a imposição da paz com mandatos sob o capítulo VII da Carta da ONU são operações diferentes de uma ação bélica tradicional. Somente serão viáveis e terão possibilidades de êxito sob certas condições apropriadas, tais como uma estrutura de comando e controle militar, tropa bem treinada e equipada como força de combate regular, mas com objetivos limitados e com o emprego mínimo da força, neutra e imparcial, em estrito cumprimento do mandato político do Conselho de Segurança da ONU.

As Operações para a Imposição da Paz (capítulo VII) são um conceito relativamente novo, que precariamente está colocado numa área cinza, "Entre a lógica da paz e a lógica da guerra".

Apesar de não ter sido estabelecida uma doutrina para o seu emprego, a comunidade internacional incrementou as operações com o uso da força com mandato da ONU, como modo de intervenção, em um esforço para manter a paz e a segurança internacional, num ambiente posterior à Guerra Fria, especialmente com o apoio e o desdobramento conjunto de forças multinacionais ou de Organizações regionais de Segurança, tal como acontece em Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Congo, Costa do Marfim, Serra Leoa, Geórgia e Afeganistão.

Como consequência, estas operações internacionais e multidimensionais serão muito complexas, difíceis de conduzir e usualmente gerarão focos de discussão ou serão mal entendidas pela opinião pública mundial, ao colocar-se entre uma ação com meios pacíficos e a imposição pela força.

Estas operações, sob os capítulos VI e VII, não produziram a esperada solução para o problema do conflito somali entre 1992 e 1995, apesar da limitada aproximação positiva adotada durante a intervenção da UNITAF, que apresentou a melhor alternativa possível para mudar a situação no começo de 1993. As operações realizadas só tiveram êxito em mitigar passageiramente o estado de devastação e fome em que se encontrava a Somália e os 2 milhões de deslocados. **MR**

O Coronel Carl Marowsky Pilowsky é Diretor do Centro Conjunto para Operações de Paz do Chile (CECOPAC). Possui dois mestrados, em Ciências Navais e Marítimas e em Ciências Militares. Foi professor e, ao mesmo tempo, chefe do curso no International Institute of Humanitarian Law de San Remo, Itália, como especialista em Direito Internacional Humanitário de 2001 a 2003.